



**insti+u+o
mais.org.br**

O Futuro é nosso Presente

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social

Rua Estevão Lopes, 133 • Butantã • São Paulo/SP

CEP: 05.503-020 • Fone: (11) 2539-0919

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01.2025 – EDUCAÇÃO
MÉDIO COMPLETO – TARDE
CARGOS

201 – AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E 202 – CUIDADOR FEMININO (SME)

Prezado(s) Candidato(s),

Em resposta ao recurso interposto em relação à publicação do Gabarito da Prova Objetiva, informa-se abaixo o Parecer da Banca Examinadora.

LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM A TODOS OS CARGOS)

QUESTÃO 2

O recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. O recurso utilizado pelo autor, se corretamente localizado no terceiro parágrafo, não pode ser designado como uma metáfora, já que a metáfora se trata de uma correspondência implícita. No caso acima, a comparação se torna explícita por meio da palavra “semelhante” em “A lógica é semelhante à do vendedor de carros de luxo, cuja imagem precisa sugerir uma vida próspera para reforçar o valor simbólico do produto”.

É importante notar que as gramáticas mais confiáveis e os diversos materiais que se encontram na internet bem definem que a comparação se difere de metáfora por ser EXPLÍCITA e enfatizam que essa explicitação se dá COMUMENTE, mas não exclusivamente, por meio de conectivos. No caso acima, ela é explícita e marcada pelo adjetivo “semelhante”.

Por fim, a comparação estabelecida não é entre aparência física e sucesso profissional, já que isso é uma correlação no texto e não comparação. A comparação acontece quando o autor compara a situação do profissional de fitness àquela do vendedor de carros de luxo.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 4

O recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. Não é possível afirmar que a perspectiva inicialmente indicada (de que o profissional do fitness é culpado “pelos flagelos da indústria em que atua”) tenha sido considerada completamente equivocada pelo autor por ter sido derrubada por sua argumentação. O que a expressão “na verdade” introduz é uma mudança de ótica (ou seja, perspectiva) e, por isso, a uso da palavra “míope”. O que o autor relativiza é que o profissional não é completamente culpado por ser uma das criaturas da engrenagem, mas não nega que este explora de alguma forma a lógica estabelecida (não por ele, mas por um sistema maior). O bom entendimento da palavra “artífice” era importante para a interpretação correta, já que significa “aquele que cria”. Ou seja, não foi o profissional de fitness quem criou a lógica vigente, mas sim também foi criado por essa lógica. Portanto, uma visão que o culpa de ser o “artífice” é limitada, porque há elementos que indicariam para esse fato, e o autor a indica logo em seguida “Daí a ação ambivalente que desempenha: a de quem explora e, ao mesmo tempo, é explorado.” A ação de “explorar” justificaria a visão de serem eles os “artífices”, então ela não está



**insti+uto
mais.org.br**

○ Futuro é nosso Presente

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social

Rua Estevão Lopes, 133 • Butantã • São Paulo/SP

CEP: 05.503-020 • Fone: (11) 2539-0919

totalmente equivocada, eles sustentam a lógica de alguma forma, participando de sua criação, mas não são aqueles que a criaram em primeiro lugar ou, ao menos, não a criaram sozinhos. Sendo assim, o autor não culpa quem tem essa leitura de estar completamente errado, mas de não ter “olhado” para a situação com o devido detalhamento. Por isso, “restrita” é o sinônimo adequado, até mesmo considerando a natureza da condição da miopia, que não indica uma pessoa que não enxerga ou que “vê errado”, mas sim que não consegue construir uma imagem com todos os seus detalhes. Ou seja, uma visão restrita e limitada.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 6

O recurso é improcedente, pois a questão e o gabarito encontram-se corretos e não há o que ser alterado. A palavra “onde” pode ser um advérbio de tempo, mas também pode ser um pronome relativo. No contexto apresentado “(A) ... isso se radicaliza no mundo fitness, **“onde”** o trabalhador é completamente reificado à sua mercadoria.” a função da palavra “onde” é de retomada da palavra “mundo”. A função de retomar é aquela exercida por pronomes relativos, assim como a função de “cuja” é retomar “vendedor de carros” indicando, também, uma relação de pertencimento daquilo que se segue à essa figura.

A função de um advérbio é atribuir alguma modulação a uma ação, no caso do “onde” como advérbio, indicaria o espaço em que a ação ocorreu. Na frase proposta, há a retomada do lugar, mas o lugar em que a ação ocorreu já está dado na oração anterior “mundo fitness”. “Onde” seria um advérbio em uma frase como “isso se radicalizou onde todas as pessoas são fitness”.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



**instituto
mais.org.br**

O Futuro é nosso Presente

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social

Rua Estevão Lopes, 133 • Butantã • São Paulo/SP

CEP: 05.503-020 • Fone: (11) 2539-0919

MATEMÁTICA (COMUM A TODOS OS CARGOS)

QUESTÃO 17

O recurso é improcedente, conforme segue abaixo a resolução para cotejo.

O time jogou 20 partidas.

Vitórias: $9 \rightarrow 9 \times 3 = 27$ pontos.

Derrotas: $3 \rightarrow 3 \times 0 = 0$ pontos.

Empates: $20 - 9 - 3 = 8$ empates $\rightarrow 8 \times 1 = 8$ pontos.

Total de pontos: $27 + 8 = 35$ pontos.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 20

O recurso é improcedente, conforme segue abaixo a resolução para cotejo.

A figura pode ser decomposta em duas partes:

- (i) um retângulo de base 34 m e altura 12 m, cuja área é $34 \times 12 = 408 \text{ m}^2$; e
- (ii) um triângulo retângulo de base 12 m e altura 12 m, cuja área é $(12 \times 12)/2 = 72 \text{ m}^2$.

Portanto, a área total do terreno é $408 + 72 = 480 \text{ m}^2$.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



**insti+u+o
mais.org.br**

O Futuro é nosso Presente

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social

Rua Estevão Lopes, 133 • Butantã • São Paulo/SP

CEP: 05.503-020 • Fone: (11) 2539-0919

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (COMUM A TODOS OS CARGOS)

QUESTÃO 24

O recurso é improcedente, pois não há nada no comando da questão que sugira observância “fiel” do texto, como afirma o candidato. Isso esclarecido, é fato que, obedecendo as regras do artigo 50, § 2º, inciso III, do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ilha Comprida, “in verbis”, o funcionário que faltar 15 a 23 dias consecutivos, do ponto de vista prático, terá suas férias reduzidas para 18 dias, assim como também o seria se as faltas não fossem consecutivas, não havendo qualquer alternativa assinalável, senão a “B”.

Art. 50. O funcionário fará jus á trinta dias consecutivos de férias, que poderão ser acumuladas até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade de serviço.

§ 1º Para o período aquisitivo de férias, serão exigidos doze meses de efetivo exercício;

§ 2º Após cada período de 12 (doze) meses o funcionário terá direito a férias, na seguinte proporção:

I – 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;

II – 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) à 14 (quatorze) faltas;

III – 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido 15 (quinze) à 23 (vinte e três) faltas;

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 25

O recurso é improcedente, pois de acordo com o artigo 69, inciso I, do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ilha Comprida, “in verbis”, a única alternativa correta é a “A”.

Art. 69. O direito de requerer prescreve:

I – em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



**insti+u+o
mais.org.br**

O Futuro é nosso Presente

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social

Rua Estevão Lopes, 133 • Butantã • São Paulo/SP

CEP: 05.503-020 • Fone: (11) 2539-0919

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

201 – AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

QUESTÃO 27

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada com base no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), Volume 1, páginas 21 e 22, o qual dispõe expressamente que:

“No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva, as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de **criação, significação e ressignificação**”.

Dessa forma, embora o texto mencione a importância das **interações**, estas são apresentadas como **condições do processo**, e não como o núcleo conceitual que define a natureza da construção do conhecimento segundo o RCNEI. O documento é explícito ao afirmar que o conhecimento resulta de um intenso trabalho de **criação, significação e ressignificação**, exatamente como expresso na alternativa “C”.

A alternativa “B” extrapola o texto normativo ao introduzir termos que não correspondem à formulação conceitual adotada pelo RCNEI para caracterizar o processo de construção do conhecimento infantil.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada com fundamento no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), Volume 1, página 35, que assim dispõe:

“Aprender a conviver e relacionar-se com pessoas que possuem habilidades e competências diferentes, que possuem expressões culturais e marcas sociais próprias, é condição necessária para o desenvolvimento de valores éticos, como a **dignidade do ser humano, o respeito ao outro, a igualdade e a equidade e a solidariedade**”.

O documento **não inclui o assistencialismo** como valor ético a ser desenvolvido a partir da convivência com a diversidade. Ao contrário, o assistencialismo é compreendido como uma prática que pode reforçar relações de dependência e desigualdade, não se alinhando aos princípios éticos defendidos pelo RCNEI, que enfatiza autonomia, respeito e equidade.

Dessa forma, a proposição III é incorreta ao associar “tolerância” ao “assistencialismo”, tornando a alternativa “D” incompatível com o referencial teórico utilizado como base da questão.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.



QUESTÃO 31

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada com base no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), Volume 2, página 51, que apresenta, de forma literal, o seguinte excerto:

“Oferecer conforto, segurança física e proteger não significa cercear as oportunidades das crianças em explorar o ambiente e em conquistar novas habilidades. Significa proporcionar ambiente **seguro e confortável, acompanhar e avaliar** constantemente as capacidades das crianças, pesar os riscos e benefícios de cada atitude e procedimento, além do ambiente”.

Verifica-se, portanto, que a alternativa “B” reproduz **fielmente a terminologia e a estrutura conceitual** adotadas pelo RCNEI no trecho correspondente, atendendo plenamente ao comando do enunciado.

A alternativa “A” **não corresponde ao excerto específico** que fundamenta a questão, o que inviabiliza sua adoção como resposta correta. Ressalta-se que a banca não está obrigada a admitir sinônimos ou formulações aproximadas quando o texto normativo apresenta redação clara e objetiva, conforme o caso.

Não há ambiguidade terminológica nem incompatibilidade entre o enunciado e a alternativa indicada no gabarito, razão pela qual **não se configura hipótese de anulação da questão**.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 35

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada com base na publicação do MEC Coleção Proinfantil – Módulo III, Unidade 6, Livro de Estudo – Volume 2, página 55, que orienta de forma clara e objetiva os cuidados necessários nos momentos de troca de fraldas, destacando procedimentos que asseguram a **saúde, a segurança e o bem-estar da criança**.

O documento estabelece cuidados como:

“Os cuidados de higiene com a criança pequena são necessários e, como todas as atividades em que há interação da criança com o adulto e entre crianças, as situações que envolvem os cuidados com a higiene pessoal podem ser também momentos de trocas afetivas e descobertas. Lembramos da necessidade da troca frequente das fraldas para que a criança se sinta confortável e assaduras sejam evitadas. Além desse, outros cuidados são importantes

1. Não deixar a criança sozinha em local alto enquanto é feita a troca, para evitar quedas.
2. Ter todo o material necessário à troca próximo, para evitar que o bebê sinta frio enquanto espera.
3. Higienizar o local **antes** de colocar a fralda limpa.
4. Conversar com o bebê, sorrir e olhá-lo nos olhos enquanto é feita a troca”.

A análise das assertivas da questão demonstra que:

A proposição I está **correta**, pois corresponde integralmente à orientação de segurança presente no texto-base.



**insti+u+o
mais.org.br**

○ Futuro é nosso Presente

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social

Rua Estevão Lopes, 133 • Butantã • São Paulo/SP

CEP: 05.503-020 • Fone: (11) 2539-0919

A proposição II está **incorreta**, uma vez que altera um elemento essencial do procedimento ao indicar a higienização do local **após** a colocação da fralda limpa, quando o documento normativo enfatiza que a **higienização prévia** é o cuidado primordial, de caráter preventivo, indispensável à proteção da saúde da criança.

As proposições III e IV estão **corretas**, conforme orientação expressa no material de referência, que valoriza tanto a organização do procedimento quanto a dimensão afetiva da interação adulto-criança.

Destaca-se que **o aspecto mais importante do procedimento de troca de fraldas é a higienização do local antes do contato com a criança**, pois essa medida visa evitar contaminações, reduzir riscos de infecção e garantir condições adequadas de cuidado, não podendo ser tratada como etapa posterior ou secundária.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 39

O recurso é improcedente, pois a questão foi elaborada com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe de forma **expressa e literal** em seu artigo 15:

“Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos **civis, humanos e sociais**, garantidos na Constituição e nas leis”.

A redação é clara ao definir a natureza dos direitos assegurados, não havendo margem para interpretação ampliativa ou substituição terminológica. A alternativa “B” reproduz fielmente o texto normativo do ECA, atendendo plenamente ao comando do enunciado.

A alternativa “D”, ao mencionar “direitos educativos, sociais e morais”, **não corresponde à classificação jurídica adotada pelo Estatuto**, introduzindo termos que não constam no dispositivo legal citado. Ressalta-se que, em questões fundamentadas em texto de lei, **prevalece a literalidade da norma**, não sendo admissível a substituição por conceitos genéricos ou interpretações pessoais.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

É o que tem a esclarecer.

Atenciosamente,

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social